



Da relevância do materialismo histórico dialético para uma análise feminista

The historical dialectical materialism relevance for a feminist analysis

Livia de Cássia Godoi
Moraes¹

orcid.org/0000-0001-8284-6605
liviamoraes@outlook.com

Recebido em: 27/4/2020.

Aprovado em: 12/9/2020.

Publicado em: 23/12/2020.

Resumo: Este artigo tem por objetivo dar uma contribuição ao debate teórico-metodológico do feminismo, tomado por uma perspectiva política e científica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, cuja base teórica se encontra em livros e artigos científicos, clássicos e contemporâneos. A argumentação se desenvolve no sentido de uma crítica a apropriações do método de Karl Marx que desviam seus fundamentos e recaem, por um lado, no economicismo, e, por outro lado, no politicismo. Feitas as críticas, avançamos para a relevância do uso do materialismo histórico dialético para uma leitura da realidade concreta que, da ótica feminista, avance no sentido de uma luta unificada contra o capitalismo e pela derrocada do patriarcado e do racismo.

Palavras-chave: Materialismo histórico dialético. Feminismo. Marxismo.

Abstract: This article aims to contribute to the theoretical and methodological debate of feminism, taken from a political and scientific perspective. It is a qualitative and bibliographic research, whose theoretical basis is found in scientific, classic and contemporary books and articles. The argument develops in the sense of a critique of Karl Marx's method appropriations that deviate from its foundations and fall, on the one hand, to economism, and, on the other, to politicism. Having made the critiques, we move on to the relevance of historical dialectical materialism for a reading of the concrete reality from a feminist perspective to advance towards a unified struggle against capitalism and the overthrow of patriarchy and racism.

Keywords: Dialectical historical materialism. Feminism. Marxism.

Introdução

O objetivo deste artigo é corroborar com o debate epistemológico da análise feminista. Em se tratando da análise marxista, como não poderia deixar de ser, trata-se, também de uma análise ontológica. Para tanto, temos por pressuposto o *feminismo enquanto uma perspectiva político científica*, em concordância com Safotti (1991).

Nossa proposta caminha no sentido de que o materialismo histórico dialético é o método científico apropriado para uma perspectiva política de superação do capitalismo, do patriarcado e do racismo. Para tanto, desenvolveremos nossa análise, primeiramente, afastando leituras que consideramos que não reproduzem com rigor o método de Karl Marx, para, posteriormente, avançarmos nas contribuições do materialismo histórico dialético para a emancipação da classe trabalhadora, em sua heterogeneidade e diversidade, em especial, no que diz respeito às mulheres.



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Vitória, ES, Brasil.

Conforme Dias (2002, p. 129) afirmou, pensar a teoria política como "esfera separada do real ou mera determinação do 'econômico' é interditar a compreensão da natureza própria do real e da teoria". Uma proposição de análise que se autoneia marxista, mas que enxerga o político como epifenômeno do econômico, desconectado da totalidade, é uma transposição positivista do método marxista (SANTOS, 2017), advinda da razão dualista cartesiana (SAFIOTTI, 1991).

O final da década de 1960 e o início da década de 1970 marcam, temporalmente, um período de fortes mudanças nos diversos âmbitos da sociedade: econômico, político, social e cultural. As mudanças de caráter econômico, que, para nós, envolvem produção e reprodução social, foram marcadas pelo esgotamento do Estado de Bem-Estar Social e da forma de organização do trabalho taylorista-fordista. Essa mudança na maneira de organizar o trabalho avançou sobre a subjetividade dos trabalhadores e das trabalhadoras pelo toyotismo, ao mesmo tempo em que diversos movimentos sociais, com destaque para França e Estados Unidos, foram organizados por sujeitos em defesa da liberdade, das sexualidades e das pautas feministas. Trata-se do momento marcado pelo início de mais uma crise capitalista, que se arrasta até os dias atuais.

Mediante o referido contexto é que o artigo se desenvolve, organizado da seguinte forma: em um primeiro momento abordamos uma crítica ao economicismo, que teve grande força no interior do marxismo desde o final do século XIX e se arrasta até hoje, trazendo sérias implicações para a organização das lutas políticas em geral, com rebatimentos sobre o feminismo.

A argumentação avança para um debate em torno da crítica ao economicismo que recaiu no seu extremo oposto, o politicismo, com um subjetivismo e um relativismo extremados, os quais também trazem obstáculos para a luta feminista, na medida em que confina o patriarcado no espaço da superestrutura e perde a perspectiva de totalidade.²

Por fim, caminhamos para o debate em torno da relevância do materialismo histórico dialético como aporte à luta feminista, na medida em que, ao não recair no economicismo nem no politicismo, ter por perspectiva a totalidade, a valorização da análise da constituição da subjetividade e da consciência, sem perder de vista as determinações históricas. Tal apropriação científica pelas mulheres pode lhes servir de armas para a luta política anticapitalista, contra o patriarcado, contra o racismo e pela emancipação humana.

Uma crítica ao determinismo economicista

É no contexto das fortes mudanças anteriormente mencionadas, quando a subjetividade passa a ganhar relevância central na atividade de trabalho assalariada, que também surgem reflexões críticas ao economicismo presente na tradição marxista, especialmente por formulações de Kautsky (final do século XIX) e Stalin (décadas de 1920 a 1950), mas também pelas análises estruturalistas fortemente presentes nas universidades francesas.

Bernstein – sob o pretexto explícito de eliminar o que em Marx havia de Hegel – substituiu a dialética histórico-materialista por uma versão aguada do positivismo neokantiano, ou seja, por uma expressão ideológica da "segurança" burguesa. Kautsky e Plekhanov, por sua vez, embora acreditando-se rigorosamente "ortodoxos", contrapunham ao revisionismo declarado de Bernstein uma sociologia vulgar de origem igualmente positivista. Assim, ao reformismo espontaneísta e oportunista do movimento operário de então, determinado em última instância pela capitulação à aparente estabilidade e "segurança" capitalista da época, corresponde a substituição do autêntico marxismo por ideologias substancialmente positivistas e agnósticas (COUTINHO, 2010, p. 177).

Ocorre, a partir dessa crítica ao economicismo, em alguns casos, um desvirtuamento de análises marxistas no sentido de um relativismo extremado. *Pari passu*, entretanto, há autores/as que se preocupam em pensar uma teoria marxista da subjetividade, conforme abordaremos mais adiante.

² O debate em torno da crítica ao economicismo e ao politicismo foram bastante inspirados no minicurso ministrado pela Profa. Silvana Mara de Moraes dos Santos, na Universidade Federal do Espírito Santo, no Brasil, em junho de 2017, denominado "Direitos humanos e diversidade: a necessidade da luta anticapitalista".

Quando a ideologia e a política são pensadas como resultados mecânicos do econômico, sem as mediações necessárias entre os complexos de complexos sociais, conforme nos ensina Lukács (2013), e sem olhar para as contradições e como elas se relacionam dialeticamente, os impactos sobre as análises podem ter as seguintes implicações, segundo Santos (2017, p. 11): a) "simplificação brutal no entendimento da individualidade", que, desconectada da totalidade, desqualifica o debate entre realidade e consciência; b) a cultura passa a ser vista como algo de menor relevância social, o que traz consequências para as estratégias políticas; c) as lutas sociais perdem potencial de mudança, uma vez que simplesmente reproduzem as hierarquias e as dominações da estrutura; d) o direito e a política aparecem como confinados ao econômico; e e) ocorre a "vulgarização da teoria que é tratada a partir das injunções imediatas da luta política".

As análises estruturalistas se aproximam mais do positivismo do que da dialética. O pensamento positivista tem raízes na razão cartesiana, a qual tem como premissas epistemológicas fundamentais os elementos mencionados por Safiotti (1991, p. 142):

1. A natureza ou a estrutura da realidade é objetiva, independentemente, portanto, quer das diversas compreensões que dela têm os seres humanos, quer das perspectivas a partir das quais se a examina.
2. O conhecimento e o entendimento humanos têm acesso à estrutura ou natureza da realidade.
3. Os seres humanos avizinham-se da aquisição de conhecimento do mundo mais enquanto indivíduos solitários do que como membros socialmente constituídos de grupos historicamente mutáveis.
4. A razão constitui a principal faculdade humana na tarefa da aquisição do conhecimento da realidade, podendo ter o concurso dos sentidos.
5. Potencialmente, a razão e a sensação são iguais para todos os seres humanos, independentemente de sua cultura ou classe, raça ou sexo.

Esses pressupostos epistemológicos apresentam forte caráter dualista, tais como: racional e emocional; espiritual e corporal; eu e outro; universal e particular; natureza e cultura, dentre outros.

Essa percepção dual da realidade, em lugar do movimento dialético, tem repercussões no estruturalismo marxista, o qual tem por central

a dualidade "ciência e ideologia". "O conceito de 'estrutura' é a ponte através da qual passa-se do epistemologismo neopositivista à 'ontologia' estruturalista" (COUTINHO, 2010, p. 99). O determinismo econômico se converte no que Coutinho (2010) chama de "apologia das formas superficiais e espontâneas da práxis social, já que eleva a manipulação capitalista" (2010, p. 103), junto a uma "fetichização do inconsciente". Estão presos ao âmbito fenomênico, ao darem centralidade ao inconsciente (especialmente Levi-Strauss), sem entenderem a natureza da obstacularização da consciência, tais como alienação e fetichismo.

Quando, por exemplo, um operário vende sua força de trabalho, realiza essa operação de modo consciente, mas não tem necessariamente uma justa consciência do alcance do processo, ou seja, da exploração a que será submetido. A causa desse fato não reside em nenhum 'inconsciente coletivo', mas sim na natureza ontológico-social da práxis humana (COUTINHO, 2010, p. 102).

Como parte dos quadros do Partido Comunista Francês, Louis Althusser apresentou o estruturalismo como resultado da leitura "correta" do marxismo, ao separar o "Marx da ciência" do "Marx da ideologia": o jovem Marx seria o humanista e idealista e o Marx da maturidade seria o Marx cientista e racional. Althusser e sua escola também separaram o materialismo dialético do materialismo histórico (COUTINHO, 2010). Tal separação e reducionismo acabam por empobrecer o método.

Cabe ainda destacar que a teoria do fetichismo sofreu uma desapareição das análises recentes, em especial, das pós-estruturalistas e da pós-modernidade. Kohan (2007) atribui essa desapareição, em grande parte, por terem sua gênese numa certa perda de autonomia do sujeito no estruturalismo althusseriano. Isso se justifica na tentativa de se enterrar a dialética, afirmando-a pura expressão do idealismo. Se ideologia é concebida como expressão da ideologia dominante, sem contradição, isso significa supressão da autonomia do sujeito.

Numerosos autores entendem por ideologia apenas uma "falsa consciência" e fazem inversamente do proletariado o suporte de uma consciência verdadeira, pelo menos potencialmente. Entretanto, a dimensão imaginária

do social é inseparável de sua dimensão real, lembram Jean-Marie Vincent e Antoine Artous, de modo que a ideologia não é o produto direto dos interesses de classe, mas um tipo de "miopia espontânea". Não, obviamente, uma simples ilusão oposta à transparência e ao desvelamento científico (BENSAID, 2019, p. 59).

Quando Bensaid (2019) chama ideologia de "miopia espontânea", ele está vinculando a singularidade do cotidiano com a totalidade do universal. Essa miopia que nos dificulta olhar além das necessidades mais imediatas e de ver as determinações mais universais: o capitalismo, o patriarcado e o racismo, por exemplo.

Kohan (2007, p. 14), a partir de Marx, caracteriza fenômenos sociais fetichistas:

[...] a coisificação das relações sociais, a personificação dos objetos criados pelo trabalho humano, a inversão entre sujeito e objeto, a cristalização do trabalho social global [...], a coexistência da racionalidade da parte com a irracionalidade do conjunto e a fragmentação da realidade social em segmentos desconexos, etc.

Reconhecer a particularidade como mediação entre o cotidiano das mulheres e a universalidade do modo de produção capitalista, ou seja, a particularidade de ser mulher, é um dos elementos fundamentais na análise do concreto e para se desvencilhar das armadilhas fetichistas.

Uma crítica ao politicismo

Se no momento de "segurança" capitalista³ sobreveio uma análise marxista predominantemente mecanicista, a crise advinda da Primeira Guerra Mundial, acompanhada de lutas revolucionárias, abriu espaço para ideólogos socialistas que queriam eliminar o "pretenso materialismo vulgar" de Vladimir Lenin e Friedrich Engels e propunham um historicismo subjetivista, seguido pelo existencialismo, em lugar de superar o positivismo pelo próprio materialismo histórico dialético.

A partir do fim da década de 1960, com o afloramento de diversos movimentos sociais não

centrados na questão do trabalho, a crítica ao economicismo também se apresentou com seu firme oposto, o politicismo, "um amplo movimento teórico e político que, ao reagir ao economicismo, assume a perspectiva de que a realidade se reduz à política" (SANTOS, 2017, p. 12).

Mais uma vez a totalidade como parâmetro para análise da vida social se perde. O cotidiano é separado do sistema capitalista. O poder e a linguagem ganham centralidade em detrimento do trabalho.⁴ "Sobressai a tendência de autonomizar indivíduos, processos, relações e complexos sociais parciais de suas determinações societárias" (SANTOS, 2017, p. 12).

A cultura descola-se da produção, e a "guerra de linguagens" nas redes sociais, mais contemporaneamente, parecem substituir a luta de classes da realidade social material concreta. Recaimos no idealismo subjetivista, e a mudança da semântica, com o politicamente correto,⁵ parece ser capaz de poder transformar os problemas estruturais de nossa sociedade.

Bensaid (2019) chama atenção para o fato de que a dominação não está só no âmbito das instituições, do Estado ou nas empresas capitalistas, ela está nas práticas cotidianas. A contradição é um elemento fundamental para aquilo que o filósofo conclama, no sentido de quebrar o ciclo vicioso da dominação: reverter fraqueza em força. Para isso é preciso pensar a política estrategicamente, pensar historicamente, em articulação entre o necessário e o contingente.

O problema da política, concebida estrategicamente e não de maneira gerencial, consiste precisamente a captar esses momentos de crise e as conjunturas propícias à reversão dessa assimetria. É necessário, para tal, que se aceite trabalhar nas contradições e correlações de forças reais, e não acreditar, ilusoriamente, que se pode negá-las ou se subtrair delas. Pois os subalternos (ou os dominados) não são exteriores ao domínio político da luta, e a dominação não é nunca inteira e absoluta. O lado de fora está sempre dentro. A liberdade perfura o seio mesmo dos dispositivos de poder. A prática é portadora de experiências e conhecimentos próprios, suscetíveis de forne-

³ Coutinho (2010) se refere ao período de relativa estabilização capitalista, no final do século XIX, quando ocorre a primeira tentativa de "revisão" do marxismo, ligada, sobretudo, a Eduard Bernstein.

⁴ Podemos citar Michel Foucault, Gilles Deleuze e Antonio Negri como alguns desses autores.

⁵ Não negamos que o "politicamente correto" cumpre um papel social, apenas apontamos para que não se caia na ilusão de que basta uma mudança comunicacional para mudar as relações sociais. Ver mais em Santos (2017).

cer as armas de uma hegemonia alternativa. E as normas da dominação podem ser quebradas por um acontecimento resultante não de uma necessidade da ordem social, nem da ação de um sujeito historicamente predestinado, nem de um milagre teológico, mas da organização de práticas políticas que trabalham no movimento que tende a abolir a ordem estabelecida (BENSAID, 2019, p. 38).

A questão presente especialmente nas "teorias do pós"⁶ (KOHAN, 2007) é que a crítica ao determinismo histórico recai no relativismo. O elogio ao particularismo apaga a sua relação com a universalidade, as lutas se fragmentam em lutas feministas, LGBT, movimento negro, ecologistas, as quais não se veem como parte do mesmo movimento e que, ademais, competem por um espaço no parlamento, porque o poder político institucionalizado passa a ser um espaço privilegiado de disputa desses grupos. Identidade e diferenciação não são vistas como partes do mesmo processo, que se relacionam antagônica e dialeticamente.

Bakan (2016) traz uma importante contribuição ao fazer a crítica da "política da diferença", inspirada pelos debates entre pós-modernismo e marxismo. Ela explica que teóricos antiopressão, principalmente aqueles que debatem os temas de raça e de colonização, são reconhecidos por terem o mesmo ponto de partida: a crítica ao reducionismo econômico marxista. Ela sugere que "a divisão entre marxismo e teoria antirracista colocada pela política da diferença precisa ser reconsiderada" (BAKAN, 2016, p. 47). A autora reivindica que a noção de diferença nos debates contemporâneos não corresponde ao modo como Marx aborda a diferença.

Mas a diferença pode ser entendida, digamos, diferentemente, para se referir a várias formas de relações sociais conflituosas que ocorrem dentro da totalidade da sociedade capitalista. Nesse sentido, ela está implicitamente integrada nas categorias de sofrimento humano, ou de diferença humana socialmente construída, as quais operam juntas (BAKAN, 2016, p. 47).

A cientista política, com essa afirmação, quer realizar a crítica ao determinismo econômico e ao

etapismo, dado que ela observa que a exploração é uma das relações sociais conflituosas, que ocorre de maneira integrada com outras duas: a alienação e a opressão.

Bakan (2016) busca restaurar algo fundamental no método marxista: a noção de totalidade. Uma totalidade que não puramente universalista, mas "uma totalidade contraditória, dependente tanto da diferença quanto de seu oposto, a superação da diferença através da solidariedade" (BAKAN, 2016, p. 48-49).

Assim, a luta feminista marxista não pode estar descolada de outras formas de opressão, porque a realidade concreta não está fragmentada. Exploração, opressão e alienação estão ontologicamente integradas no modo de produção capitalista. Só a luta política que parte da materialidade concreta, que é unidade na diversidade, possibilita, pelo viés da solidariedade, potencialmente, emancipação socialista.

Materialismo histórico dialético: pressuposto metodológico para a luta feminista

Tendo apresentado as divergentes leituras, muitas vezes desviantes, do método de Karl Marx, desenvolveremos uma argumentação em torno da relevância do materialismo histórico dialético para uma concepção política e científica de feminismo.

Primeiro é importante dizer que a nossa caracterização de econômico engloba produção e reprodução social e que a divisão sexual do trabalho opera em ambas as esferas (SAFIOTTI, 1988). Portanto não as vemos de forma positivista ou cartesiana, como dualidades, como se os homens pertencessem ao espaço da produção e ao público, e as mulheres, ao espaço da reprodução e ao privado.

Para nós, também, classes sociais não podem ser pensadas em separado ou em paralelo a sexo: as relações de classe, sexo e étnico-raciais estão ontologicamente integradas na leitura marxiana que fazemos do social. Para nós, a Teoria da Reprodução Social⁷ tem sido a vertente, dentro do

⁶ Kohan (2007) refere-se como "teorias do pós", o pós-estruturalismo, a pós-modernidade, o pós-marxismo etc.

⁷ A Teoria da Reprodução Social parte do princípio de que a produção de bens e de serviços e a produção da vida são parte de um mesmo processo, um processo integrado (BHATTACHARYA, 2019). Destacam-se como importantes pesquisadoras/es nesse campo: Lise Vogel, Martha Gimenez, Johanna Brenner, Susan Ferguson, David Mc Nally, Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya.

feminismo marxista, que melhor responde aos desafios postos pela materialidade concreta, ao abordarem a totalidade social capitalista fetichizada e a diversidade da classe trabalhadora.

E por olhar para o social na perspectiva da totalidade, e o concreto como síntese de múltiplas determinações, é que também, em concordância com Safiotti (1988, p. 144), vemos "o patriarcado e o capitalismo como faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida".

Sendo o patriarcado, embora historicamente anterior ao advento do capitalismo, uma vez que esteve presente e atuante em todas as épocas progressistas da formação social econômica burguesa, consubstancial ao MPC [modo de produção capitalista], a formação social capitalista agudiza sobremaneira as contradições atuantes em qualquer sociedade centrada na propriedade privada dos meios de produção (SAFIOTTI, 1988, p. 144).

Nas décadas de 1970 e 1980 houve um intenso debate sobre "casamentos e divórcios" entre feminismo e marxismo, exatamente porque, nas lutas sociais, o marxismo sempre se sobrepunha ao feminismo. De tal modo que feministas que se debruçaram sobre leituras marxistas, tais como Heid Hartmann e Iris Young, fizeram um esforço teórico em prol do "casamento". O debate, conforme demonstrou Moraes (2019), gira em torno, especialmente, se se deve considerar capitalismo e patriarcado como sistemas separados ou como um único sistema.

Arruza (2019), em 2010, recuperou esse debate a partir da proposição entre uma "união *queer*" entre feminismo e marxismo. O exercício vem no sentido de reafirmar uma teoria unitária, ou seja, um sistema único que abarca dentro de si relações conflituosas de exploração, opressão e alienação. Assim, também pensamos exploração e dominação como elementos imbricados na análise, e não a exploração como o lugar do econômico e a dominação como o lugar do político.

Ao se fazer a crítica ao economicismo, buscou-se não recair no politicismo. O materialismo histórico dialético tem o espaço da produção e da reprodução como momentos ontologicamente predominantes,⁸

e, nesse sentido, observa uma relação dialética e de múltiplas determinações com as ideias produzidas no contexto da luta de classes capitalista.

Antonio Gramsci e Gyorgy Lukács, diferentemente da leitura estruturalista, não veem na análise marxiana uma dualidade entre ciência e ideologia, nem reduzem ideologia à falsa consciência, de modo que não recaem na apologia da manipulação. Enxergam os sujeitos sociais enquanto sujeitos com capacidade de mudanças concretas, apesar das condições sócio-historicamente determinadas.

Lukács (2013), em *Para uma ontologia do ser social* (escrita entre 1964 e 1970), se dedicou a pensar uma "teoria marxiana da subjetividade" (TERTULIAN, 2004). Na análise ontológica desenvolvida por Lukács, sujeito e objeto estão em constante relação, a qual resulta em transformações tanto do objeto quanto do sujeito.

O filósofo, ao buscar compreender ontologicamente o ser social, apresentou o ser social como tendo dado um salto qualitativo em relação ao ser orgânico, ainda que, para viver, ou seja, para suprir suas necessidades, tenha que transformar o mundo natural (ser orgânico e ser inorgânico) cotidianamente, de forma imediata ou com inúmeras mediações.

Ao transformar a natureza, o sujeito se objetiva e, ao se objetivar – na forma de suas capacidades físicas, emocionais e intelectuais – sofre um processo de subjetivação. Portanto, ao trabalhar, o homem/a mulher não somente produz um produto, mas também produz a si mesmo no processo de produção. "[...] o homem [/mulher] não é apenas ser natural, mas ser natural humano, isto é, ser existente para si mesmo [...], por isso, ser genérico, que, enquanto tal, tem de atuar e confirmar-se tanto em seu ser quanto em seu saber" (MARX, 2004, p. 128). Assim, indivíduo e sociedade não podem ser pensados em separado, nem subjetividade⁹ e objetividade. A personalidade de mulheres e de homens se constrói nessa relação com a natureza e com outras mulheres e homens, que é cotidiana, mas também que só se realiza a partir de múltiplas determinações sociais.

⁸ Ser ontologicamente predominante não deve ser confundido com cronológica nem hierarquicamente predominante

⁹ O sujeito nunca é neutro, em nome da objetividade, da razão e da ciência, como no positivismo.

Pelo caráter criador como ato de superação da imediatividade e pelas exigências impostas neste ato de criação, o trabalho impulsiona sempre para além de si mesmo, desenvolvendo nos homens novas capacidades, novas habilidades e novas necessidades. Por sua vez, os objetos criados através do trabalho conservam os conhecimentos básicos utilizados na sua criação, capazes de assegurar que objetos mais simples sejam tornados cada vez mais avançados e complexos, promovendo tanto o impulso à evolução do conhecimento a partir do trabalho, quanto o desenvolvimento dos meios necessários à reprodução social. Pois, como o trabalho somente existe no interior de uma sociedade, a nova situação resultante de um ato de objetivação possui sempre uma dimensão social (COSTA, 2012, p. 20).

Ao produzir para suprir suas necessidades (seja do estômago ou da fantasia) e se reproduzir, as mulheres e os homens pensam sobre o processo de execução, têm ideias, criam consciência. Aqui, não há dualidade entre corpo e espírito.

Por um lado, a consciência individual nasce e morre junto com o corpo. Por outro lado, a consciência exerce função dirigente, de guia. Tal consciência provém, em primeira instância, do trabalho, modificando o próprio corpo de quem trabalha (LUKÁCS, 2013). Importante lembrar que a autonomia da consciência é sempre relativa.

Se, portanto, a materialidade concreta da relação com a natureza conforma corpo e consciência, corpo e consciência das mulheres são construídos socialmente de forma diferente para os homens nas diversas sociedades, mas, em especial, na capitalista. O patriarcado, que não se resume a um sistema sócio-político-ideológico, mas apresenta também uma forte dimensão econômica, impõe a supremacia masculina e a submissão das mulheres.

Por um lado, o acesso dos homens à tecnologia e a relação direta com a natureza é naturalizada e incentivada desde a primeira infância, enquanto a mulher é confinada no âmbito privado e doméstico, em trabalhos repetitivos e monótonos. Isso não significa que haja cisão entre público e privado e produção e reprodução. Ao executar as tarefas domésticas e de cuidado familiar, a mulher executa um trabalho não pago que é primordial para a reprodução da força de trabalho (SAFIOTTI, 1988; FEDERICI, 2015). A mulher não só é explorada (seja

pelo trabalho não pago do lar seja pelo trabalho não pago do mercado), mas ela também tem seu corpo apropriado pelo capital, pelo Estado, pelos homens em geral. Seu tempo, os produtos do seu corpo, obrigação sexual e o encargo físico do cuidado são exemplos de como a mulher é apropriada materialmente (GUILLAUMIN, 2014).

Portanto, a consciência e o próprio corpo são impactados pelo capitalismo e pelo patriarcado. Aquela relação, por nós apontada, de objetivação e de subjetivação, no capitalismo, se dá de forma diferenciada, porque o processo de objetivação ocorre, mas a subjetivação é obstaculizada, ou seja, atos de objetivação acabam por não corresponderem a um verdadeiro desenvolvimento da subjetividade, e aí está a raiz do fenômeno da alienação (LUKÁCS, 2013; TERTULIAN, 2004), que atinge a homens e mulheres, porém de forma particular em cada caso.

Para além da particularidade de homens e mulheres, a objetivação do ser social inter-relaciona, por um lado, à totalidade da sociedade em seu processo histórico de reprodução e, por outro, à singularidade e à individualidade (LUKÁCS, 2013). E, conforme Costa (2012, p. 33) reforça: "o homem [a mulher] evolui sempre em duplo sentido, o da produção histórica e o de sua transformação de pura singularidade em individualidade".

A riqueza espiritual dos indivíduos tem relação direta com a riqueza de suas relações com o mundo, conforme nos ensina a análise materialista histórico dialética. Com isso não estamos dizendo que esse movimento se dá de forma mecânica e que a ideologia é puro reflexo da estrutura. Mas sim que é através da vida cotidiana, singular, que os indivíduos se relacionam e imergem em pensamentos, criam ideias sobre as suas próprias relações, produzem e reproduzem a vida.

A partir daquilo que vivencia no cotidiano, o homem [a mulher] constrói em sua consciência conceitos e ideologias muitas vezes permeadas por preconceitos que os distanciam da sua verdadeira essência. Nesse âmbito insere-se a ciência como uma possibilidade para o alcance da generalidade, quando pautada por produções críticas, o que nem sempre acontece. Muito pelo contrário, a ciência orientada pela ideologia burguesa se põe como uma das formas de manipulação dos homens na cotidianidade e, portanto, vai em dire-

ção oposta à elevação do gênero autenticamente humano (ROCHA, 2016, p. 2).

Assim, na sociedade capitalista e patriarcal, não é uma mudança na semântica que possibilitará que mulheres superem o machismo e a dominação. Para superar ideias, preconceitos, naturalizações da vida cotidiana, é preciso que haja condições objetivas originadas de uma nova relação dos homens e das mulheres com a natureza e entre eles, portanto, uma mudança estrutural no modo de produzir e de reproduzir a vida.

Uma transformação na forma de organizar a produção e a reprodução pode levar homens e mulheres a produzirem uma nova relação com a própria corporeidade e, inclusive, com a sua sexualidade: "a autêntica sexualidade deve partir da vivência autônoma da corporeidade do indivíduo, nesse construir-se humano com a natureza, com a cultura, com a sociedade e consigo mesmo por meio do trabalho e do fazer-se sujeito" (BONA JÚNIOR, 2012, p. 39).

O sujeito, que faz escolhas entre alternativas de forma consciente, se constrói, porque homens e mulheres se conformaram como seres sociais, que não respondem a meras necessidades biológicas. A sexualidade, assim como a alimentação, são necessidade humanas nascidas de determinações biológicas, mas que, com o desenvolvimento social, afasta as barreiras naturais que são cada vez mais perpassadas por motivos sociais (BONA JÚNIOR, 2012).

O capitalismo, o patriarcado e o racismo estrutural se interpõem como um gigante obstáculo para uma nova relação entre homens e mulheres, que não seja de exploração e de dominação. Tertulian (2004, p. 12) observa de forma pertinente:

Uma grande distância separa a interioridade mutilada e mortificada da existência alienada, a que se submete às exigências impostas do exterior, da interioridade que se desenvolve livremente até à realização de suas qualidades mais autênticas.

As lutas que aí estão e que ocorrem de forma fragmentada: das feministas, da comunidade LGBT, dos negros e negras, dos ecologistas, e que negam as lutas por direitos trabalhistas, ou

simplesmente pensam que se trata de uma luta diferente, em separado, em paralelo, perdem em poder de ação porque todas elas têm por fundamento as mesmas bases estruturais.

Daí a relevância, conforme já indicado por Rocha (2016), de uma ciência que avance para além do senso comum, que consiga pensar as inter-relações entre particularidade e totalidade.

Por todos os argumentos já elencados, pensamos que o materialismo histórico dialético é um método de análise da realidade concreta que tem forma material prática, ao possibilitar às feministas criar estratégias concretas de superação do capitalismo, do patriarcado e do racismo, aí a necessidade das mulheres da classe trabalhadora se apropriarem dessa ciência como arma para o processo de transformação social, em uma análise que não separe classe, sexo e raça na leitura do real material concreto.

Tanto a nível da prática política em movimentos sociais, quanto a nível da produção científica, são mulheres que empunham a picareta no processo de demolição do patriarcado-capitalismo. A história mostra que a adoção da perspectiva masculina, sem nenhuma consideração pela ótica feminina, pode levar à destruição do capitalismo. Mas o patriarcado é capaz de se fundir também com outros sistemas de produzir e reproduzir a vida, sobrevivendo, assim, ao MPC (modo de produção capitalista). Do mesmo modo como é ilusória a expectativa de união de todas as mulheres, a demolição do patriarcado-capitalismo só poderá ter êxito quando realizada por homens e mulheres que tiverem compreendido quão potenciadora da exploração de classe é a dominação de uma categoria de sexo sobre a outra (SAFIOTTI, 1988, p. 174-175).

Ideologia e ciência não são, portanto, contrapostos, como na perspectiva estruturalista. Pelo contrário, a ideologia pode servir de força material para uma ciência crítica em contraposição a uma ciência que se apresente como neutra e objetiva, mas que, na verdade, não passa de falsa consciência e/ou de reprodução da ideologia dominante. Bem como a ciência crítica pode alicerçar a ideologia da classe trabalhadora, a qual é heterogênea e diversificada, que tem desejos e interesses particulares, mas que pode avançar no sentido da genericidade humana, através da transformação social.

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo colaborar em um debate mais amplo das feministas classistas sobre a importância de fazer a análise do concreto como síntese de múltiplas determinações e, também, reafirmar a importância de que as mulheres estejam presentes e inseridas nos espaços nos quais se constrói e se debate ciência, dado que a ótica da mulher, pelas relações que atravessa no cotidiano, de opressão e de apropriação, para além da exploração, permite a ela não desconectar a luta anticapitalista da luta pela derrocada do patriarcado e da luta contra o racismo.¹⁰

Apresentamos uma crítica ao economicismo que, em nossa leitura, se trata de um desvio do marxismo, ao negar contradição e dialética, acusando-as de serem resquícios idealistas na análise marxista. Ao apresentarem ideologia e política como reflexos da base estrutural econômica, perdem-se de vista as contradições que podem dar luz às lutas feministas e antirracistas.

Por outro lado, alertamos para o risco da crítica ao economicismo recair em politicismo, descolando-o da base material concreta da sociabilidade na sociedade capitalista. Tal descolamento também pode implicar em fragmentação das lutas ou em uma disputa que se bate no plano da linguagem, disputa de narrativas.

A perspectiva das feministas marxistas é a de que a análise tem que ter como pressuposto a inter-relação entre classe, sexo e raça. A superação de uma leitura positivista do marxismo é a superação de estratégia de luta etapista: primeiro as classes, depois a luta feminista e a luta antirracista. A superação de uma leitura subjetivista e uma relativista, de um marxismo que flerta com a pós-modernidade, significa a superação de uma luta que se confina à linguagem, ou separa a cultura do econômico, portanto, da produção e da reprodução social.

É tarefa das feministas do século XXI se apropriarem do materialismo histórico dialético como

aporte para a transformação social, e através da crítica e da autocritica, constituiu-lo como uma das armas do processo revolucionário.

Referências

- ARRUZZA, Cinzia. *Ligações perigosas: casamentos e divórcios entre marxismo e feminismo*. São Paulo: Usina, 2019. [2010].
- BAKAN, Abigail B. *Marxismo e antirracismo: repensando a política da diferença*. Revista Outubro, n. 27, nov. 2016.
- BENSAÏD, Daniel. *Espectáculo, fetichismo, ideologia*/um livro inacabado. Fortaleza: Plebeu, 2019.
- BHATTACHARYA, Tithi. O que é a teoria da reprodução social? *Revista Outubro*, n. 32, 1º semestre. 2019.
- BONA JÚNIOR, Aurélio. A ontologia de Lukács e a sexualidade em perspectiva emancipatória. *Filosofia e Educação (Online)*; *Revista Digital Paideia*, Campinas, v. 3, n. 2, p. 18-43, out. 2011/mar. 2012. <https://doi.org/10.20396/rfe.v3i2.8635448>
- COSTA, Gilmaisa Macedo da. *Indivíduo e sociedade: sobre a teoria da personalidade em Georg Lukács*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci e a política hoje. *Universidade e Sociedade*, Brasília, DF, ano XI, n. 27, p. 129-144, jun. 2002.
- FEDERICI, Sílvia. El Patriarcado del Salario: "Lo que llaman amor, nosotras lo llamamos trabajo no pagado", 21, p. [1-8], abr. 2015. Disponível em <https://comunitariapress.wordpress.com/2015/04/21/el-patriarcado-del-salario-lo-que-llaman-amor-nosotras-lo-llamamos-trabajo-no-pagado/>. Acesso em 04, jul., 2016.
- GUILLAUMIN, Colette. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA et al. (org.). *O patriarcado desvendado: teorias de três feministas materialistas*. Recife: SOS Corpo, 2014. p. 27-100.
- KOHAN, Nestor. A herança do fetichismo e o desafio da hegemonia em uma época de rebeldia generalizada. *Novos Rumos*, Marília, SP, v. 48 n. 22, p. 12-31, 2007. Disponível em <https://www2.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/4824>. Acesso em: 26 abr. 2020.
- LUKÁCS, György. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

¹⁰ Com isso não queremos confundir experiência com capacidade de conhecer a realidade concreta, nem responsabilizamos apenas as mulheres ou apenas os negros e negras para fazerem as lutas que resolvam seus interesses particulares mediante as opressões específicas que lhes abatem. Temos interesse de que toda a classe trabalhadora, em sua diversidade sexual e étnico-racial, se empenhe na luta anticapitalista, antipatriarcal e antirracista, pois essa outra sociedade a ser construída deverá alcançar uma igualdade substantiva em comunhão com a construção de individualidades diversificadas e livres.

MORAES, Livia de Cássia Godoi. Feminismo e marxismo: contribuições para o debate por Hartmann, Young e Arruzza. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E O MARXISMO "MARXISMO SEM TABUS: ENFRENTANDO OPRESSÕES"*, 2019. *Anais [...]*. Niterói, RJ: UFRJ, 2019. p. 1-12. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MM2019/anais2019.htm>. Acesso em: 03 jan. 2020.

MORAES, Livia de Cássia Godoi. Pressupostos teórico-metodológicos para uma análise feminista: da relevância do materialismo histórico dialético. *In: JORNADAS DE ECONOMIA CRÍTICA*, 10., 2017, Los Polvorines. *Anais [...]*. Los Polvorines: Universidade General Sarmiento, 2017. p. 1-16.

ROCHA, Islânia Lima da. Apontamentos acerca da vida cotidiana e o processo de conhecimento. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE TRABALHO E REPRODUÇÃO SOCIAL: CRISE CONTEMPORÂNEA, DESAFIOS DO CONHECIMENTO E LUTAS SOCIAIS*, 016., 1, 19-26 out. Maceio. *Anais [...]*. Maceio: [s. n.], 2016. Trabalho 15.

SAFFIOTI, Heleieth. Movimentos Sociais, face feminina. *In: CARVALHO, N. V. (org.). A Condição Feminina*. São Paulo. Vértice: Revista dos Tribunais, 1988. p. 143-188.

SAFFIOTI, Heleieth. "Novas perspectivas metodológicas de investigação das relações de gênero". *In: Moraes Silva, Maria Aparecida (org.) Mulher em seis tempos*. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras - Unesp, 1991. p. 141-176.

SANTOS, Silvana Mara de Moraes. Diversidade sexual: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. *Argumentum*. Vitória, v. 9, n. 1, p. 8-20. jan./abr. 2017. <https://doi.org/10.18315/argum.v9i1.15773>

TERTULIAN, Nicolás. Marx: uma filosofia da subjetividade. *Outubro Revista*, [s. l.], n. 10, p. 7-16, 2004.

Livia de Cássia Godoi Moraes

Doutora em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em Campinas, SP, Brasil; professora na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Vitória, ES, Brasil. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Trabalho e Práxis.

Endereço para correspondência

Livia de Cássia Godoi Moraes

Programa de Pós-Graduação em Política Social

Secretaria Unificada dos Programas de Pós-Graduação do CCJE - SUPG

ED II - CCJE

Av. Fernando Ferrari, 514

29075910

Vitória, ES, Brasil